

ORÇAMENTO

Cortes pesados na área social

Mais da metade das verbas bloqueadas pelo presidente Jair Bolsonaro alcançam o ministério do Trabalho e Previdência e o da Educação. Meio Ambiente, programas para indígenas e quilombolas e combate à violência contra a mulher também são afetados

» ROSANA HESSEL

O corte de R\$ 3,18 bilhões determinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no Orçamento deste ano tem os ministérios do Trabalho e Previdência e da Educação como os mais atingidos, com uma tesourada conjunta de R\$ 1,8 bilhão, mais da metade do total, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA), sancionada e publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU). Para preservar gastos eleitorais e agradar ao Centrão, Bolsonaro preferiu cortar benefícios assistenciais, investimentos na educação básica, e verbas para pesquisa científica, para a proteção ambiental e combate a incêndios florestais e à violência contra a mulher.

No Ministério do Trabalho, que teve um corte de R\$ 1 bilhão — praticamente um terço de todo o contingenciamento orçamentário —, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), perdeu R\$ 988 milhões, dos quais R\$ 709,8 milhões em programas para melhorar a administração do órgão. Na Educação, os cortes somaram pouco mais de R\$ 800 milhões, e foram desde o apoio para o desenvolvimento da educação básica em âmbito nacional, incluindo a aquisição de veículos escolares, até o fomento à pesquisa científica, extensão e inovação das instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Praticamente metade desse montante foi contingenciada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O fato de o governo não dar justificativas plausíveis para os cortes chamou a atenção de especialistas, que não pouparam críticas às medidas eleitoreiras. “Investimento em pesquisa e na educação básica são fundamentais para um país. Estudos comprovam que é onde há mais retorno em termos de gastos na atividade econômica, mas o

EVARISTO SA



Bolsonaro, com Paulo Guedes: área econômica recomendou corte de R\$ 9 bilhões para equilibrar receitas e despesas

R\$ 988 milhões

Corte em programas de melhoria da administração do INSS

governo preferiu blindar o fundo eleitoral e as emendas do relator, que são gastos de curto prazo, sem impacto na economia”, lamentou a especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria. “O governo preferiu gastar mais com financiamento de campanha do que com educação. Isso é um indicativo de falta de planejamento e de que o governo está focado em gastos de curto prazo, a fim de atender as demandas do Centrão, do que despesas meritórias como saúde, educação e gestão ambiental”, emendou.

No Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a tesourada de Bolsonaro ficou perto de R\$ 460 milhões, com destaque para os R\$ 122 milhões previstos na implantação do projeto Sul-Fronteira, em Mato Grosso do Sul.

O presidente resolveu limar até os recursos no combate à violência contra as mulheres do Ministério da Mulher e Direitos Humanos. Os cortes na pasta somaram R\$ 16,5 milhões. E, no Ministério da Cidadania, nem mesmo os programas de assistência social ficaram de fora dos cortes, como o de estruturação

da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa idosa e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) por idade. A redução de gastos total na pasta ficou pouco acima de R\$ 260 milhões.

Os cortes mais expressivos no Ministério da Agricultura foram no fomento ao setor agropecuario, de R\$ 42,9 milhões, além da redução de recursos para órgãos coligados. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, teve cortes de R\$ 43,8 milhões em programas de pesquisa para o

» **Minorias desassistidas**

Os cortes de verbas orçamentárias de projetos voltados para a de minorias, como indígenas e quilombolas, provocaram protestos. Para o Instituto Socioambiental, a decisão do presidente não foi surpresa. “Os vetos reforçam o posicionamento contra os direitos dos povos indígenas e afetam diretamente os mais vulneráveis, que são os isolados. A política do governo é de sufocamento e estímulo à violência contra indígenas e quilombolas”, afirmou a organização, em nota. Foram vetados recursos para o reconhecimento de territórios quilombolas, consolidação de assentamentos rurais, regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas.

desenvolvimento de tecnologias e inovação. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) perdeu R\$ 85,9 mil para o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas e o mesmo valor para a consolidação de assentamentos rurais.

O Ministério de Infraestrutura sofreu cortes de R\$ 177,8 milhões, principalmente, em obras rodoviárias. Já o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações sofreu cortes de pouco mais de R\$ 10 milhões no financiamento de pesquisas de desenvolvimento científico e formação de capacitação.

Erasmus Salomão/MS



Responsável pela produção de vacina contra a covid, Fiocruz teve corte de R\$ 11 milhões

Tesourada na saúde pública

Nem mesmo o Ministério da Saúde foi poupado nos cortes do Orçamento de 2022 e recebeu uma tesourada de pouco mais de R\$ 70 milhões, com destaque para o contingenciamento de R\$ 11 milhões para pesquisas e desenvolvimento tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A entidade é responsável pela produção da vacina contra a covid-19 da AstraZeneca no Brasil e credenciada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir a matéria-prima do imunizante em território nacional.

Outros R\$ 40 milhões de recursos da pasta para a melhoria de serviços de saneamento básico em pequenas comunidades rurais e quilombolas também foram limados pelo presidente.

No Ministério da Justiça e Segurança Pública, houve cortes nas despesas com a defesa do consumidor, de R\$ 429,8 mil, e

nos recursos para regularização e demarcação das terras indígenas e proteção dos povos mais antigos do país do orçamento da na Fundação Nacional do Índio (Funai), que somaram R\$ 1,6 milhão. A principal tesourada da pasta, no entanto, ocorreu nos cursos para a formação de novos policiais, de R\$ 52,7 milhões.

Incêndios florestais

A fiscalização nas alfândegas e a proteção ambiental também foram prejudicadas pelos cortes de Bolsonaro na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano. O Ministério do Meio Ambiente sofreu cortes nas estratégias de preservação ambiental e recuperação da biodiversidade, incluindo a prevenção de incêndios em florestas. Ao todo, a tesourada da pasta girou em torno de R\$ 35 milhões. Já o Ministério da Economia suprimiu R\$ 85,8 mil para a auditoria e a fiscalização aduaneira.

O incentivo para a geração de energia renovável e o Programa Nacional de Biocombustíveis (Renovabio) foram os sacrificados no Ministério de Minas e Energia, que teve R\$ 11,4 milhões das despesas reduzidas. Apenas na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), estatal subordinada à pasta, a tesourada foi de R\$ 7,8 milhões nos gastos com levantamento geológico e integração geológica.

O Ministério da Defesa sofreu cortes nos programas de blindados e de submarinos convencionais, assim como a implantação da infraestrutura para o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), somando pouco mais de R\$ 61 milhões em redução de despesas. Curiosamente, entre elas, há uma rubrica de “caráter sigiloso” que sofreu corte de R\$ 85,9 mil — número que aparece em cortes de outras pastas com frequência. (RH)

Ed Alves/CB/D.A Press



Hugo Leal: corte no INSS penaliza os mais necessitados

Relator defende derrubada de vetos

» INGRID SOARES

O relator da peça orçamentária de 2022, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ) demonstrou preocupação aos vetos do presidente nas áreas de previdência, educação e pesquisas. “O veto a programas do INSS são muito preocupantes porque, nos dois anos de pandemia, os serviços para conceder aposentadorias e outros benefícios foram muito afetados. Há uma grande demanda repressada, principalmente das pessoas mais necessitadas, que o Congresso buscou atender”, disse o parlamentar,

por meio das redes sociais.

“Também preocupam os vetos que atingiram programas de apoio ao desenvolvimento da educação básica e de transporte escolar. Merecem ainda atenção vetos de programas na área de desenvolvimento de pesquisas, não apenas no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas em programas do MEC, da Fiocruz, da Embrapa”, lembrou.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) criticou os cortes e lamentou a manutenção de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral e de R\$ 16,5 bilhões

para emendas de relator. “Adivinha onde foram os cortes? Nas verbas para pesquisas científicas, indígenas, quilombolas e nos ministérios do Trabalho e da Educação. Prioridades, né?”, ironizou, no Twitter.

Para André César, cientista político da Hold Assessoria, alguns dos cortes já eram esperados. “Bolsonaro foi Bolsonaro no seu estado mais puro: de um lado, manteve recursos para status quo, para não se indispor com aliados. Ele não quer criar barulho, ruído. É uma jogada bem clara dele.”

Do outro lado, observou,

passa a tesoura em setores voltados ao social onde não tem voto. “Quando fala em quilombolas, indígenas e afins, ele diz: ‘vamos cortar aqui’”. E tenta, ao mesmo tempo, desagradar o menos possível a equipe econômica por conta da condução da PEC da gasolina que deve sair nesta semana. É um jogo calculado para manter apoio onde tem. Com o aumento previsto só para policiais, ele manteve problema dele com as demais categorias, e isso pode causar sérios problemas. As dores de cabeça do presidente continuam.”